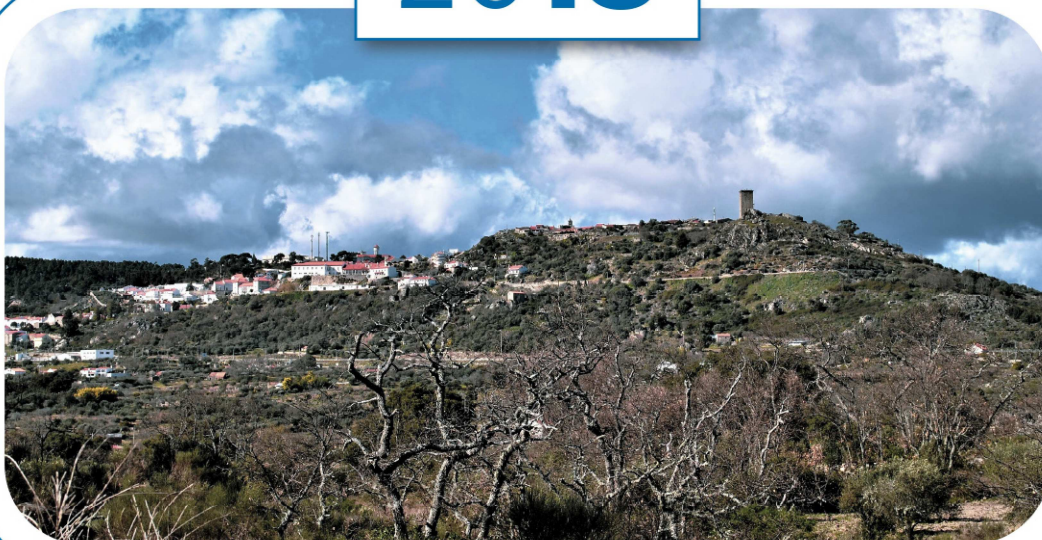


# MUNICÍPIO DE PENAMACOR

## CÂMARA MUNICIPAL

2018



Vila de Penamacor

---

RELATÓRIO DE GESTÃO

---



<b>1 - CARACTERIZAÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL .....</b>	<b>2</b>
1.1 - INTRODUÇÃO .....	2
<b>2 – ANÁLISE ORÇAMENTAL .....</b>	<b>4</b>
2.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL .....	4
2.1.1 – <i>Execução Orçamental da Receita</i> .....	6
2.1.2 – <i>Execução Orçamental da Despesa</i> .....	7
2.2 - EXECUÇÃO ANUAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	8
<b>3 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA - ORÇAMENTAL .....</b>	<b>12</b>
3.1 – RECEITAS CORRENTES VERSUS DESPESAS CORRENTES.....	12
3.2 – RECEITAS DE CAPITAL VERSUS DESPESAS DE CAPITAL.....	13
3.3 - EVOLUÇÃO DAS EXECUÇÕES ORÇAMENTAIS NO QUADRIÉNIO 2015 – 2018 .....	14
<b>4 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA – RESULTADOS .....</b>	<b>17</b>
4.1 - CUSTOS .....	17
4.2 - PROVEITOS.....	18
4.3 - RESULTADOS .....	19
<b>5 – INDICADORES GERAIS DE ACTIVIDADE.....</b>	<b>20</b>
<b>6 – DESPESAS COM PESSOAL .....</b>	<b>24</b>
<b>7 – ENDIVIDAMENTO .....</b>	<b>25</b>
7.1 – VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL NO FINAL DE 2018 .....	26
7.2 – DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO VERIFICADO NO FINAL DE 2018.....	27
7.3 - DÍVIDA A TERCEIROS .....	28
7.3.1 – <i>Dívidas a terceiros – Curto prazo</i> .....	28
7.3.2 - <i>Dívidas a terceiros – Médio e longo prazo</i> .....	29
7.3.3 - <i>Dívidas a terceiros – Empréstimos</i> .....	30
7.4 - DÍVIDA DE TERCEIROS .....	30
<b>8 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....</b>	<b>32</b>



### 1 - CARACTERIZAÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL

#### 1.1 - Introdução

O Relatório de Gestão de 2018 foi à semelhança de anos anteriores, elaborado de acordo com as normas estabelecidas pelo ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

No Relatório, analisam-se as situações financeira, patrimonial e a execução das Grandes Opções do Plano (GOP), que incluem a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades mais Relevantes (AMR).

Dos conteúdos objeto do Relatório de Gestão, destacam-se os dados relativos à situação financeira e patrimonial relevando a execução orçamental; são disponibilizadas informações sobre a execução das receitas e das despesas previstas no Orçamento de 2018, bem como a execução das Grandes Opções do Plano.

Como metodologia optou-se por apresentar os dados em quadros e gráficos, evidenciando desta forma os dados indicados.

Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal, são apresentados, também, elementos relativos à execução dos três anos anteriores.

A prestação de contas respeita o quadro normativo vigente e neste âmbito, os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2018, foram elaborados de acordo com as disposições contidas nos seguintes diplomas:

- Lei n.º 75/2013, de 12/09, quanto às competências dos órgãos nesta matéria; alínea i) do n.º 1 do artigo 33º, tendo em vista o controlo da Assembleia Municipal (alínea I do n.º 2 do artigo 25.º da citada Lei), bem como o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e também o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos Órgãos de tutela da Administração Pública Central.



- POCAL, quanto à definição dos documentos de prestação de contas, das regras a respeitar na sua elaboração e das entidades a quem devem ser enviadas;
- Lei n.º 73/2013, de 03/09 – Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;
- Instruções N.º 1/2001 – 2.ª Secção - emitidas pelo Tribunal de Contas no âmbito da organização e documentação das contas das autarquias locais;
- Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção do Tribunal de Contas, publicada no D.R. n.º 191, 2.ª série, de 18-08-2001;
- Resolução n.º 6/2013 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas, publicada no D.R. n.º 226, 2.ª série, de 21-11-2013;
- Resolução n.º 2/2014 – 2ª Secção do Tribunal de Contas, publicada no Diário da Republica, 2.ª série, n.º 235, de 4/12/2014;
- Resolução n.º 1/2015 - 2.ª Secção do Tribunal de Contas, publicada no Diário da Republica, 2.ª série, n.º 231, de 25/11/2015.
- Resolução n.º 3/2016 - 2.ª Secção do Tribunal de Contas, publicada no Diário da Republica, 2.ª série, n.º 13, de 18/01/2017.
- Resolução n.º 1/2018 - 2.ª Secção do Tribunal de Contas, publicada no Diário da Republica, 2.ª série, n.º 29, de 09/02/2018.
- Resolução n.º 7/2018 - 2.ª Secção do Tribunal de Contas, publicada no Diário da Republica, 2.ª série, n.º 6, de 09/01/2019.



## 2 – ANÁLISE ORÇAMENTAL

### 2.1 - Execução Orçamental

O resumo da execução orçamental do ano 2018 e o comparativo entre a previsão orçamental e o efetivamente realizado encontra-se evidenciado nos Quadro e Gráfico seguintes, sendo as taxas de execução calculadas com base nas previsões corrigidas.

**Quadro I**  
**Execução Orçamental – 2018**

Tipo de Receita e Despesa	Previsão		Execução	
	Inicial	Corrigida	Valor	%
<b>Receitas Correntes</b>	9.581.850,00	9.081.850,00	8.604.567,96	<b>95%</b>
<b>Receitas de Capital</b>	4.355.951,00	887.260,60	878.420,60	<b>99%</b>
<b>Saldo de Gerência Anterior</b>	-	2.186.408,07	2.186.408,07	<b>100%</b>
<b>Total (Receitas)</b>	<b>13.937.801,00</b>	<b>12.155.518,67</b>	<b>11.669.396,63</b>	<b>96%</b>
<b>Despesas Correntes</b>	7.218.468,00	7.218.468,00	5.735.227,80	<b>80%</b>
<b>Despesas de Capital</b>	6.719.333,00	4.937.050,67	2.305.892,06	<b>47%</b>
<b>Total (Despesas)</b>	<b>13.937.801,00</b>	<b>12.155.518,67</b>	<b>8.041.119,86</b>	<b>66%</b>

**Nota:** A execução da receita foi calculada com base nas Receitas cobradas Brutas, dado que os Reembolsos e restituições já estão considerados na despesa.

A execução global fixou-se em 96% para a receita e em 66% para a despesa.

As receitas correntes arrecadadas em 2018 ultrapassaram os oito milhões e seiscentos mil euros, correspondendo a uma execução de 95%;

As receitas de capital aproximaram-se dos novecentos mil euros, correspondendo a uma taxa de execução de 99%;

Em 2018, o Saldo da Gerência Anterior no montante de 2.186.408,07€, foi incorporado no orçamento do ano, por Proposta da Câmara Municipal e aprovação da Assembleia Municipal em 27/06/2018.

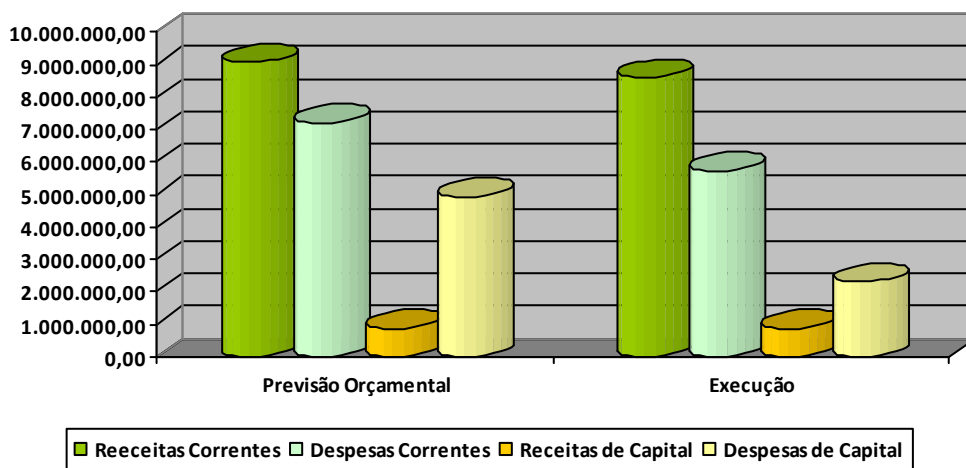


A execução orçamental das despesas correntes aproximou-se dos cinco milhões setecentos e cinquenta mil euros, tendo registado uma execução de 80%;

A execução das despesas de capital, situou-se acima dos dois milhões e trezentos mil euros, correspondendo a uma taxa de execução de 47%;

A totalidade das despesas correntes foi paga com as receitas correntes arrecadadas em 2018, sendo que ainda restou um saldo de 2.869.340,16€.

**Gráfico I**  
**Previsão/Execução**

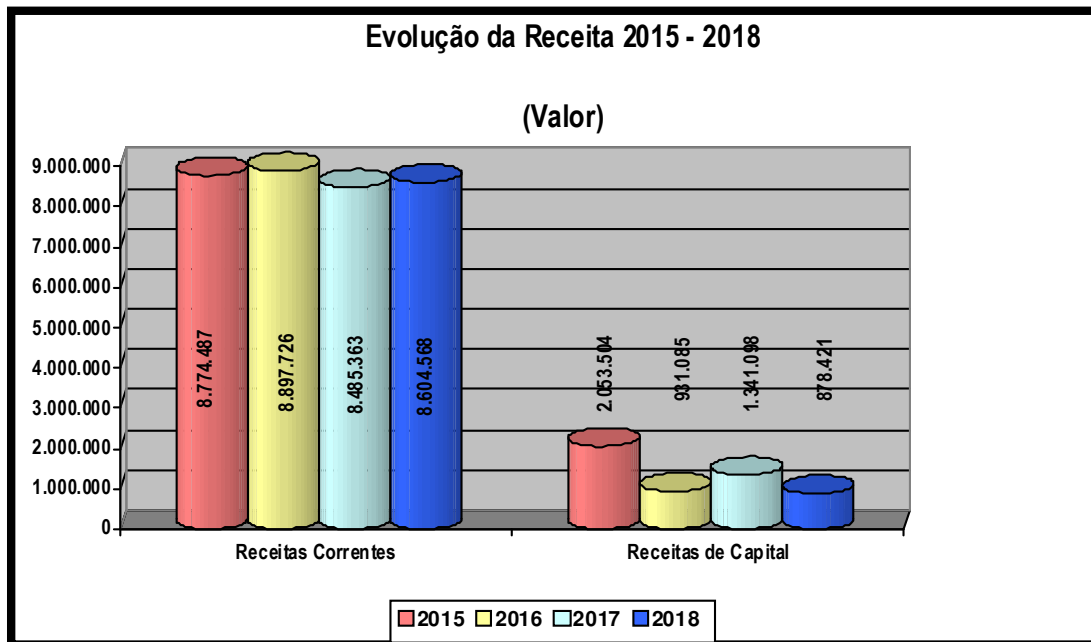


## 2.1.1 – Execução Orçamental da Receita

**Quadro II**  
**Execução Orçamental da Receita**

Ano	Execução Anual da Receita (Corrente + Capital)	Repartição Orçamental da Execução da Receita			
		Corrente		Capital	
		Valor	%	Valor	%
2015	10.827.991	8.774.487	81%	2.053.504	19%
2016	9.828.811	8.897.726	91%	931.085	9%
2017	9.826.461	8.485.363	86%	1.341.098	14%
2018	9.482.989	8.604.568	91%	878.421	9%

Pela análise do quadro II, constata-se que a receita total arrecadada pelo município situou-se nos últimos três anos no intervalo entre os nove e os dez milhões de euros, tendo em 2018 atingido os 9.482.988,56€.



A receita corrente representou 91% da receita total arrecadada, totalizando 8.604.567,96€.

A receita de capital arrecadada no exercício em apreço situou-se nos 878.420,60€, o que em termos percentuais representou 9% no total das receitas arrecadadas.



As receitas de capital relativas a projetos apoiados por Cooperação Técnica e Financeira, cofinanciados por Fundos Comunitários e outras formas de comparticipação, totalizaram 226.308,60€ e respeitam ao projeto da Requalificação do Centro de Saúde de Penamacor.

### 2.1.2 – Execução Orçamental da Despesa

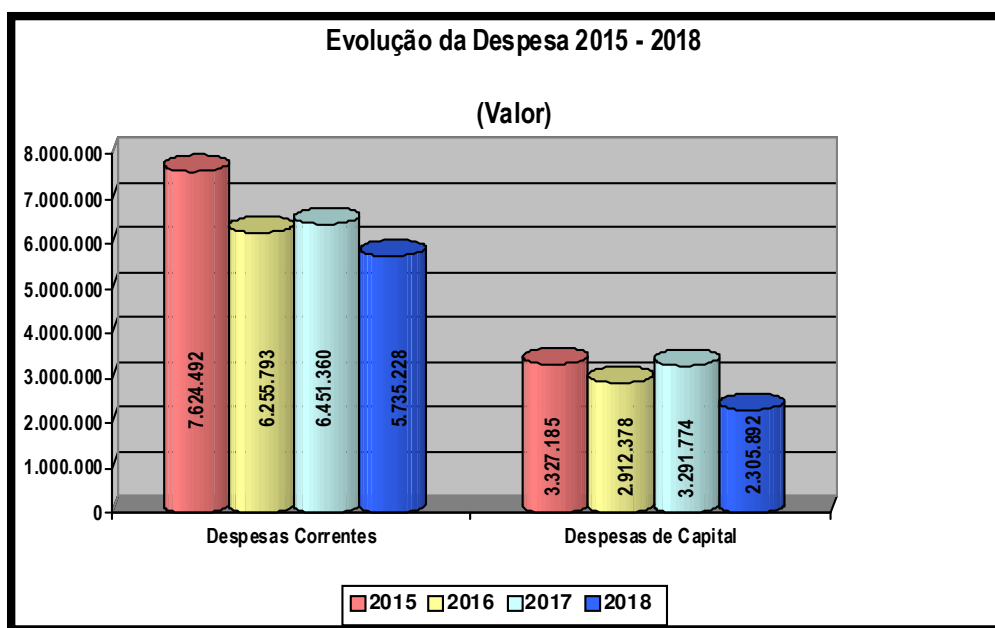
A execução global da despesa paga, em valores absolutos alcançou em 2018 os 8.041.119,86€, sendo 5.735.227,80€ relativos a Despesas Correntes e 2.305.892,06€ relativos a Despesas de Capital.

O Quadro III e o Gráfico II permitem verificar a evolução da despesa no quadriénio 2015 – 2018.

**Quadro III**  
**Execução Orçamental da Despesa**

Ano	Execução Anual da Despesa (Corrente + Capital)	Repartição Orçamental da execução da Despesa			
		Corrente		Capital	
		Valor	%	Valor	%
2015	10.951.677	7.624.492	70%	3.327.185	30%
2016	9.168.171	6.255.793	68%	2.912.378	32%
2017	9.743.134	6.451.360	66%	3.291.774	34%
2018	8.041.120	5.735.228	71%	2.305.892	29%

**Gráfico II**







### 2.2 - Execução anual das Grandes Opções do Plano

AS Grandes Opções do Plano (GOP) englobam o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) que espelha as intenções de investimento físico e as Atividades Mais Relevantes (AMR) onde estão retratadas as transferências para despesas correntes e despesas de capital, bem como outras atividades com relevante interesse para o município.

Da análise ao mapa da Execução Anual das Grandes Opções do Plano, documento que retrata as execuções de todos os projetos e respetivas ações, planeados para as Funções Gerais, Funções Sociais, Funções Económicas e Outras Funções em 2018, interessa verificar, em sede de execução, o peso que cada uma das funções representou no montante global executado.

Em 2018, o montante total executado nas GOP representou 51% do total das despesas, e atingiu o montante de 4.133.440,41€, distribuído da seguinte forma:

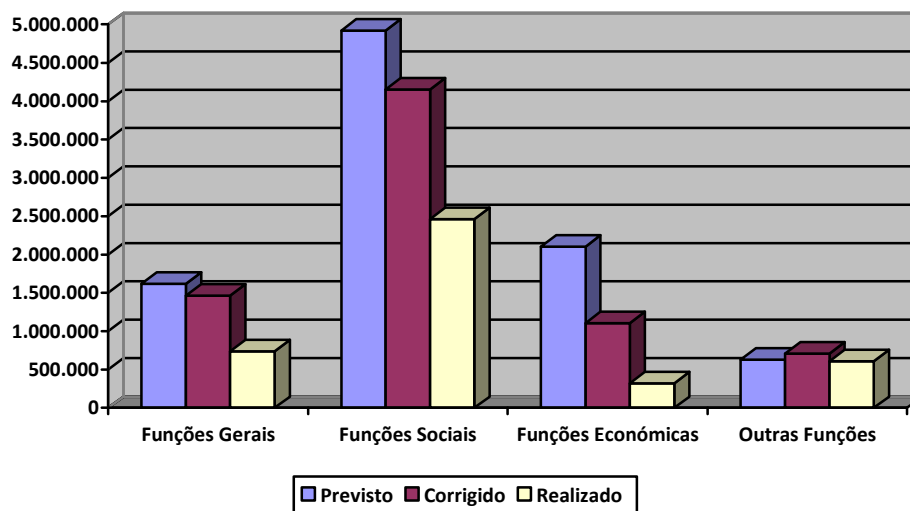
Execução do Plano Plurianual de Investimentos:	1.769.427,11€
Execução das Atividades Mais Relevantes:	2.364.013,30€

A execução das várias Funções que compõem as Grandes Opções do Plano, foi a seguinte:

Funções Gerais:	740.793,16€
Funções Sociais:	2.460.729,63€
Funções Económicas:	323.909,72€
Outras Funções:	608.007,90€

O gráfico III retrata a previsão e a execução em relação a valores definidos, das Grandes Opções do Plano, em 2018:

**Gráfico III**  
**Grandes Opções do Plano por Funções**  
**(Previsto/Corrigido/Realizado)**



A evolução das GOP, no período de 2015 a 2018, é a apresentada nos gráficos IV e V, com indicação dos montantes executados em cada um dos anos.

**Gráfico IV**  
**Execução Anual das GOP por Funções 2015 - 2018**

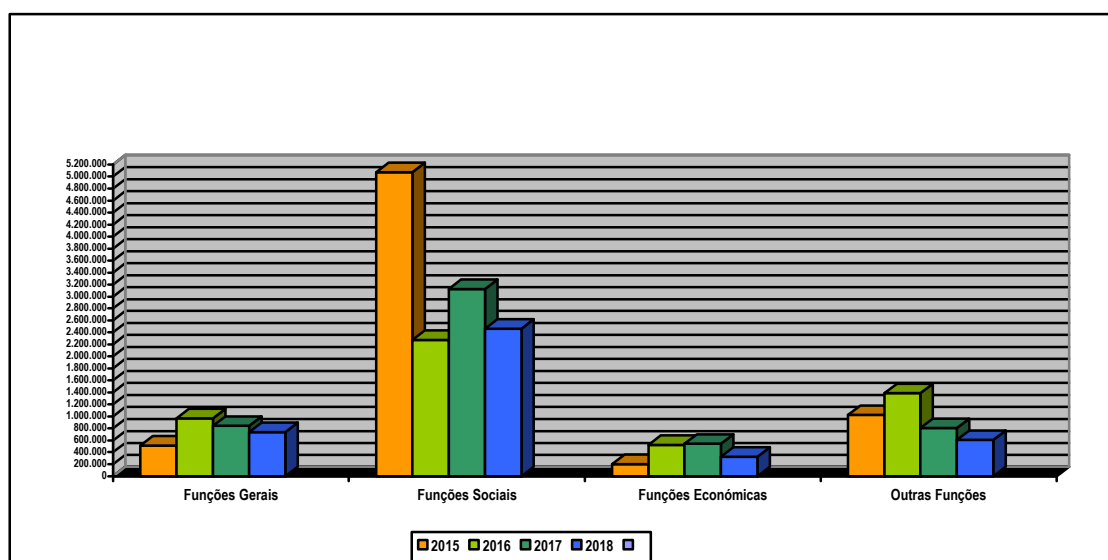
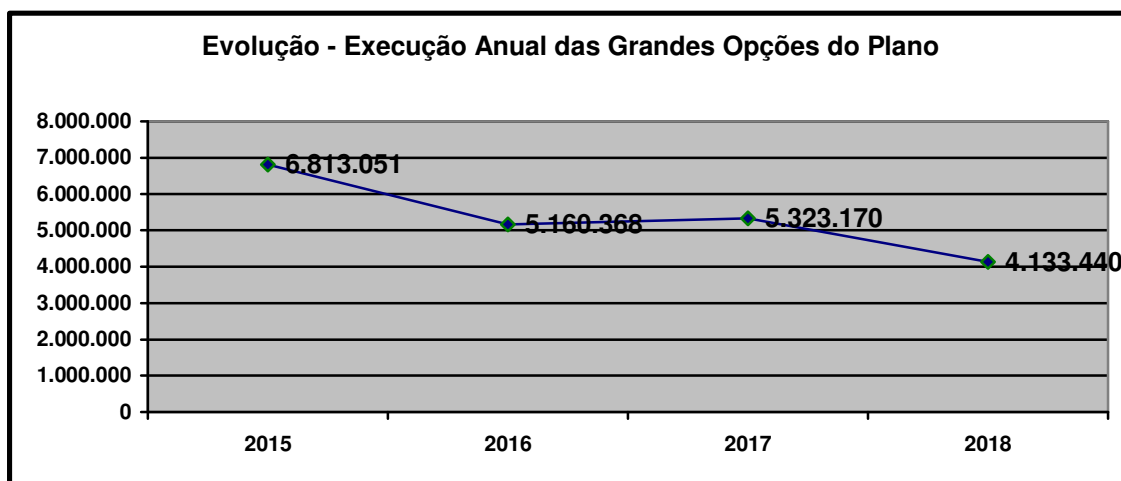


Gráfico V



É de realçar que a execução das GOP, no que respeita a despesas de investimento, continua a apresentar variações anuais, justificadas maioritariamente pelas flutuações das transferências relativas a fundos comunitários.

Das ações inscritas nas Grandes Opções do Plano para 2018 (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes), destacam-se as seguintes:

➤ Apoios diversos:

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor
- IPSS concelhias
- Fábricas da Igreja
- Escolas e Jardins de Infância
- Associações culturais, desportivas, florestais, etc.

➤ Apoio Social Escolar (Aquisição de livros, Transportes, Bolsas de Estudo, etc.)

➤ Apoios Sociais diversos

➤ Ações Integradas de Combate ao Insucesso Escolar e Promoção ao Sucesso Escolar

➤ Transportes Escolares

➤ Transferência de duodécimos para as Juntas de Freguesia

➤ Realização de Eventos Desportivos

➤ Eventos: “Feira Terras do Lince”; “Penamacor Vila Madeiro”; Festa das Varas em Aranhas”; etc.



- Aquisição de imóveis
- Diversos arranjos urbanísticos e requalificações urbanas nas freguesias do concelho
- Manutenção dos caminhos agrícolas do concelho
- Aquisição de Água para Distribuição, Tratamento de águas Residuais e de Resíduos Sólidos Urbanos
- Ampliação e conservação de redes de água e de saneamento
- Prolongamentos de redes elétricas de baixa tensão
- Termalismo
- Aproveitamento Turístico da Barragem da Meimoa
- Diversas obras de separação das redes de águas pluviais das redes de águas residuais
- Ampliação de cemitérios
- Execução de diversos projetos de engenharia/arquitetura
- Equipamentos para a Casa Ribeiro Sanches
- Requalificação do Centro de Saúde de Penamacor
- Requalificação da Barragem da Baságueda
- Projeto “Malcata Natural Digital”
- Aquisição de Equipamentos para as Instalações Desportivas
- Prevenção de Fogos Florestais



### 3 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA - ORÇAMENTAL

#### 3.1 – Receitas Correntes versus Despesas Correntes

Nos Quadros IV e V, encontra-se demonstrado o cumprimento do princípio orçamental: “as despesas correntes devem ser suportadas na totalidade pelas receitas correntes”.

Quadro IV

Rácio	Ano			
	2015	2016	2017	2018
Receita Corrente / Despesa Corrente	115%	142%	132%	150%

O rácio **Receita Corrente / Despesa Corrente** permite medir a capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas da mesma natureza. Pela análise do quadro IV, verifica-se a continuidade do cumprimento deste princípio de boa gestão, pois em 2018, as receitas correntes foram suficientes para cobrir as despesas correntes, verificando-se um superavit de 2.869.340,16€.

Quadro V

Ano	Receita Corrente	Despesa Corrente	Poupança Corrente
2015	8.774.487	7.624.492	<b>1.149.994</b>
2016	8.897.726	6.255.793	<b>2.641.933</b>
2017	8.485.363	6.451.360	<b>2.034.003</b>
2018	8.604.568	5.735.228	<b>2.869.340</b>

Os dados espelhados no quadro V, permitem concluir que tem existido anualmente poupança corrente, o que denota a preocupação de contenção nas despesas correntes, permitindo assim, financiar investimento com receitas correntes.



### 3.2 – Receitas de Capital versus Despesas de Capital

A análise dos dados apresentados nos Quadros VI e VII, permite verificar se as receitas de capital são ou não suficientes para suportar as respetivas despesas.

**Quadro VI**

Rácio	Ano			
	2015	2016	2017	2018
<b>Receitas de Capital / Despesas de Capital</b>	62%	32%	41%	38%

**Quadro VII**

Ano	Receita de Capital	Despesa de Capital	Saldo
<b>2015</b>	2.053.505	3.327.185	<b>-1.273.680</b>
<b>2016</b>	931.085	2.912.378	<b>-1.981.293</b>
<b>2017</b>	1.341.098	3.291.774	<b>-1.950.676</b>
<b>2018</b>	878.421	2.305.892	<b>-1.427.471</b>

O rácio **Receitas de Capital / Despesas de Capital**, mede a capacidade apresentada pela autarquia para suportar as despesas de capital com as receitas da mesma natureza. Pela análise dos Quadros VI e VII, verifica-se que as receitas de capital pagaram em 2017, 38% das despesas de capital, tendo o diferencial sido suportado por receitas correntes no montante de 1.427.471,46€.



### 3.3 - Evolução das execuções orçamentais no Quadriénio 2015 – 2018

Os quadros VIII e IX e o gráfico VI apresentam resumidamente as execuções orçamentais da receita e da despesa no período de 2015 a 2018.

**Quadro VIII**

Designação		EXECUÇÃO ANUAL – RECEITA							
		2015		2016		2017		2018	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita	Corrente	8.774.486,81	100%	8.897.725,94	97%	8.485.362,89	96%	8.604.567,96	95%
	Capital	2.053.504,53	75%	931.084,94	73%	1.341.097,92	119%	878.420,60	99%
Total		10.827.991,34	94%	9.828.810,88	95%	9.826.460,81	98%	9.482.988,56	95%

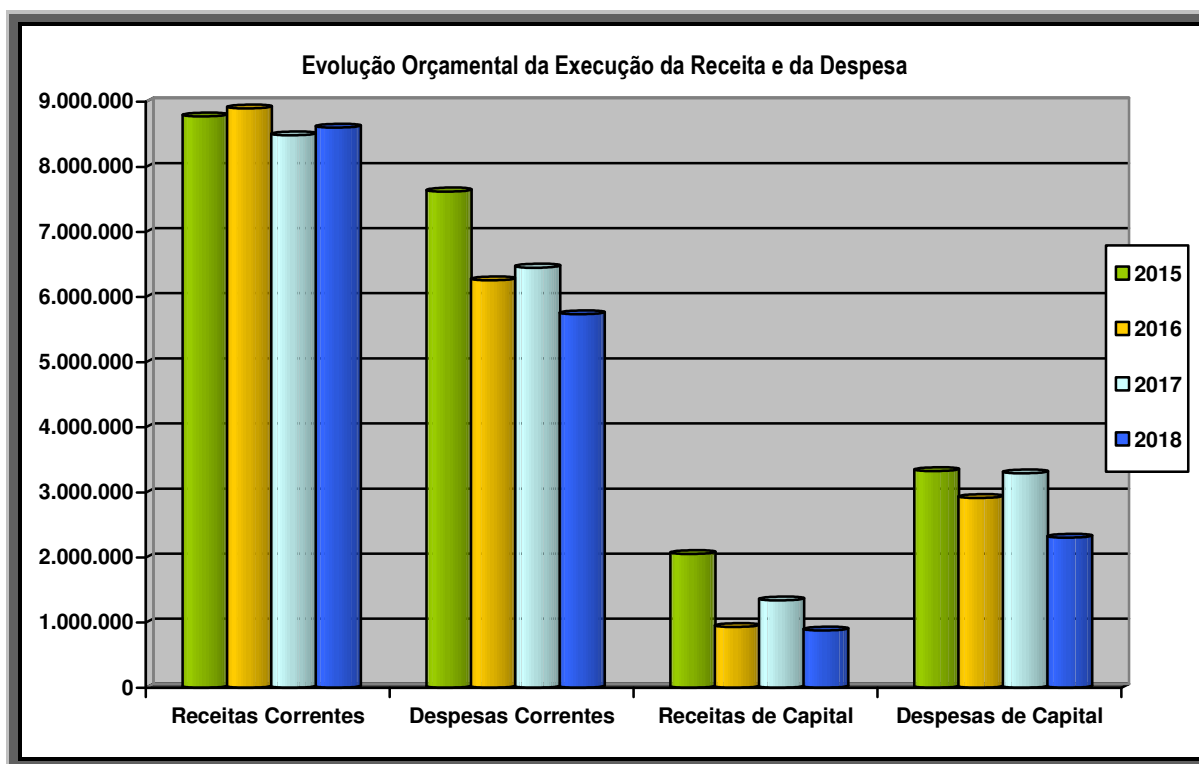
**Quadro IX**

Designação		EXECUÇÃO ANUAL – DESPESA							
		2015		2016		2017		2018	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas	Corrente	7.624.492,48	89%	6.255.792,56	82%	6.451.360,44	89%	5.735.227,80	80%
	Capital	3.327.184,81	74%	2.912.378,01	69%	3.291.773,70	68%	2.305.892,06	47%
Total		10.951.677,29	84%	9.168.170,57	77%	9.743.134,14	81%	8.041.119,86	66%



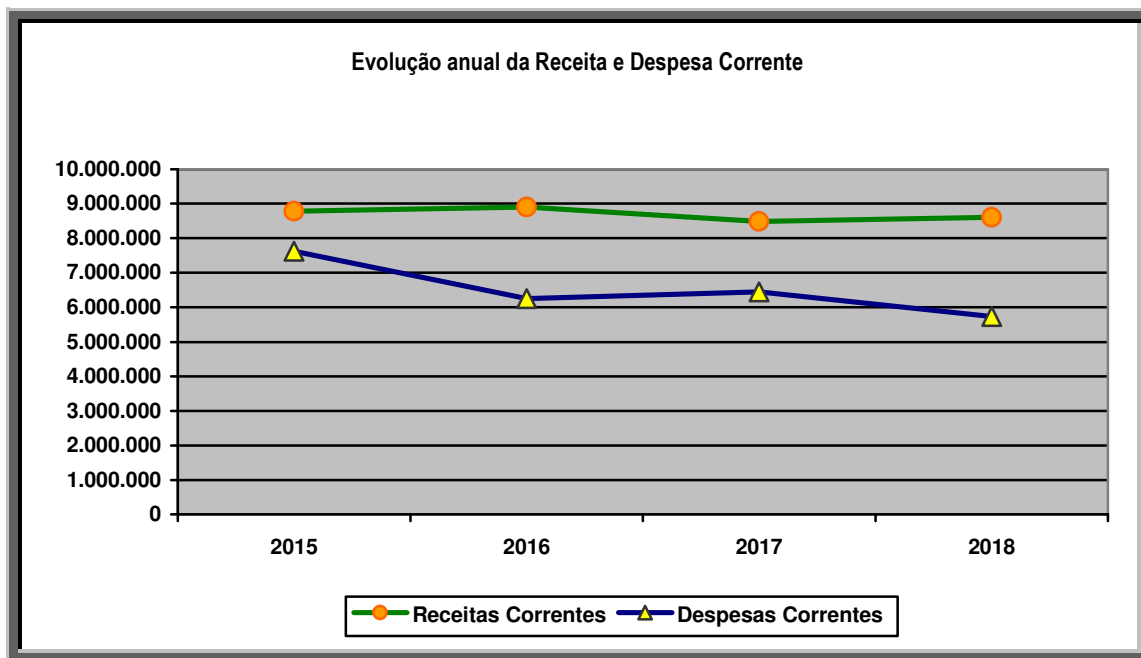
Pela análise do Gráfico VI, VII e VIII verifica-se que as receitas correntes têm sido sempre superiores às despesas correntes e permitem financiar as despesas de capital, que por sua vez têm sido sempre superiores às receitas de capital, reforçando a boa regra de gestão autárquica seguida pelo executivo municipal.

**Gráfico VI**

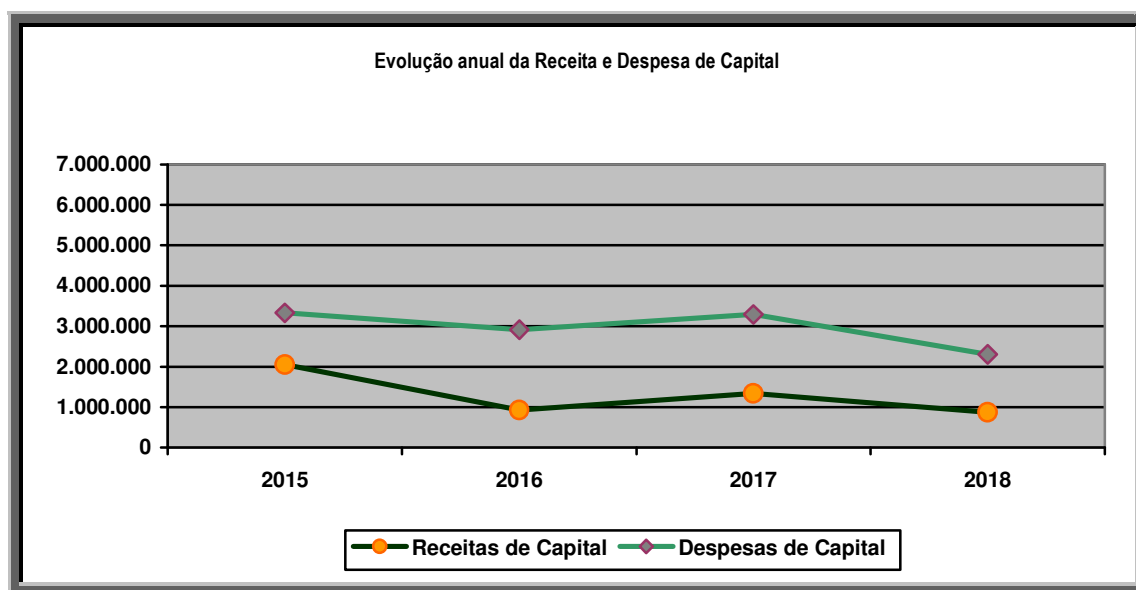




## Gráfico VII



## Gráfico VIII





### 4 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA – RESULTADOS

A análise da situação económica – resultados, baseia-se exclusivamente na Demonstração de Resultados do ano 2018.

#### 4.1 - Custos

Os custos totais do exercício foram de 7.926.912,98€, podendo verificar-se a sua repartição pela análise ao Quadro X.

Quadro X

<b>Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas</b>	<b>435.155,37€</b>
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>2.371.918,91€</b>
<b>Custos com o Pessoal (*)</b>	<b>1.782.968,87€</b>
<b>Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais</b>	<b>637.438,33€</b>
<b>Amortizações do Exercício</b>	<b>2.401.256,45€</b>
<b>Provisões</b>	<b>19.827,73€</b>
<b>Outros Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>37.124,31€</b>
<b>Custos e Perdas Financeiras</b>	<b>42.164,99€</b>
<b>Custos e Perdas Extraordinárias</b>	<b>199.058,02€</b>

(\*) O montante de custos com o pessoal não é igual ao analisado no ponto 6 – Despesas com Pessoal, devido à especialização do exercício (Férias, Subsídio de Férias e Seguros de Acidentes de Trabalho), movimentos contabilísticos que só afetam as contas 64 – Custos com o Pessoal e não afetam as contas orçamentais 01 – Despesas com o Pessoal, as quais serviram de análise ao referido ponto, dado tratar-se dos montantes, já, efetivamente pagos.



Os custos totais do exercício foram inferiores aos do ano anterior em 300.942,73€, conforme demonstração no Quadro XI.

**Quadro XI**

Conta	Descrição do Custo/Perdas	Variação (€)	
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	65.587,59
62	Fornecimentos e Serviços Externos	-	46.244,43
63	Transferências correntes e subsídios concedidos	-	57.554,45
64	Custos com o pessoal	-	69.956,77
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	+	4.627,19
66	Amortizações do exercício	+	60.585,07
67	Provisões do Exercício	-	12.942,58
68	Custos e Perdas Financeiras	-	33.365,69
69	Custos e Perdas Extraordinárias	-	80.503,48
<b>TOTAL</b>		-	<b>300.942,73</b>

#### 4.2 - Proveitos

Pela análise dos proveitos do exercício, verifica-se que a grande fonte de financiamento continua a ser das Transferências e Subsídios Obtidos, destacando-se também os Impostos e Taxas. O Quadro XII permite verificar que de 2017 para 2018 houve um acréscimo generalizado nas rubricas de Proveitos e Ganhos no montante de 479.858,57€.

**Quadro XII**

Conta	Descrição do Proveito/Ganhos	Variação (€)	
71	Vendas e Prestação de Serviços	+	136.797,10
72	Impostos e Taxas	+	146.327,08
73	Proveitos Suplementares	+	49.990,37
74	Transferências e subsídios obtidos	+	153.609,43
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	+	5.942,74
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	-	12.808,15
<b>TOTAL</b>		+	<b>479.858,57</b>



### 4.3 - Resultados

As atividades municipais prosseguidas nos termos legais permitiram apurar um Resultado Líquido positivo no valor de 2.044.439,93€ para o qual continuam a contribuir decisivamente, à semelhança dos anos anteriores, as “Transferências e Subsídios Obtidos”. Em 2018 este tipo de receita representou 73% do total dos Proveitos e Ganhos.



### 5 – INDICADORES GERAIS DE ACTIVIDADE

Os rácios de estrutura, gestão e investimento que a seguir se apresentam, permitem avaliar em termos evolutivos o desenvolvimento das competências e atividades municipais na prossecução do interesse público, tendo em vista a satisfação das necessidades coletivas das populações, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras atribuídas ao Município.

**Quadro XIII**

RÁCIOS DE ESTRUTURA (%)	2015	2016	2017	2018
<b>Impostos Diretos / Receitas Correntes</b>	7%	9%	7%	6%
<b>Transferências Correntes / Receitas Correntes</b>	76%	76%	76%	77%
<b>Transferências Capital / Receitas Capital</b>	45%	98%	100%	100%
<b>Passivos Financeiros / Receitas de Capital</b>	19%	33%	23%	36%
<b>Receitas Correntes / Receitas Totais</b>	81%	91%	86%	91%

Os Impostos diretos da autarquia (IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis; IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de Imóveis; IMV - Imposto Municipal sobre Veículos) representaram em 2017, 6% do total das receitas correntes cobradas.

À semelhança de anos anteriores, a receita contabilizada como transferências correntes continua a destacar-se no total das receitas correntes, correspondendo, em 2018, a 77% das mesmas. As transferências correntes provenientes da Administração Central (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS) continuam a representar a maior fatia, sendo também de realçar as transferências provenientes da energia eólica, recebidas ao abrigo do protocolo com a empresa Lestenergia – Exploração de Parques Eólicos, S.A., que representaram em 2018 o montante de 409.317,15€.



O rácio Transferências de Capital / Receitas de Capital, permite verificar que, em 2018, as receitas provenientes de transferências de capital representaram a totalidade das receitas de capital. A variação acentuada verificada neste rácio, deveu-se ao facto de nos anos 2016, 2017 e 2018, não ter sido contraído nem utilizado qualquer empréstimo bancário, ao contrário do que aconteceu no ano 2015, ano em que foi contraído e utilizado na totalidade o empréstimo que suportou a operação do Saneamento Financeiro, no montante de 1.132.252,00€.

As transferências de capital arrecadadas em 2018, totalizaram 878.420,60€, sendo 652.112,00€ da Administração Central (Fundo de Equilíbrio Financeiro) e 226.308,60€ relativo a participações de projetos cofinanciados.

A despesa com amortizações de empréstimos (317.267,54€), absorveu 36% da receita de capital.

As receitas correntes representaram em 2018, 91% do total das receitas arrecadadas.

### Quadro XIV

RÁCIOS DE GESTÃO (%)	2015	2016	2017	2018
<b>Despesas Correntes / Receitas Correntes</b>	87%	70%	76%	67%
<b>Despesas de Capital / Receitas de Capital</b>	162%	313%	245%	263%
<b>Despesas com Pessoal / Receitas Correntes</b>	22%	21%	22%	21%
<b>Despesas com Pessoal / Despesas Correntes</b>	25%	30%	29%	31%
<b>Despesas com Pessoal / Despesa Total</b>	17%	20%	19%	22%

Pela análise dos rácios apresentados no Quadro XIV, conclui-se que:

- Em 2018, a totalidade das despesas correntes foram pagas com a utilização de 67% das receitas correntes, sendo o restante canalizado para pagar despesas de investimento e para o Saldo de Gerência.
- O investimento em 2018, absorveu a totalidade das receitas de capital, tendo o remanescente sido suportado por receitas correntes.
- As despesas com pessoal representaram, em 2018, 21% das receitas correntes, 31% das despesas correntes e 22% do total das despesas.



**Quadro XV**

<b>RÁCIOS DE INVESTIMENTO (%)</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>Investimento / Despesa Capital</b>	80%	84%	78%	77%
<b>Investimento / Despesa Total</b>	24%	27%	26%	22%
<b>Investimento / População (*)</b>	467,78€	430,95€	450,67€	311,46€
<b>Despesa Total / População (*)</b>	1.927,43	1.613,55€	1.714,74€	1.415,19€

(\*) – População:

- Consideraram-se 5.682 residentes no Município – Censos 2011.

Os rácios do Quadro XV, permitem concluir o seguinte:

- Em 2018, 77% das despesas de capital dizem respeito a despesas de investimento;
- As despesas de investimento pagas, em 2018, representaram 22% da despesa total do ano;
- O montante de despesas de investimento pagas pelo município, em 2018, representou um investimento de 311,46€ por munícipe;
- O montante total das despesas pagas pelo município em 2018, correspondeu a 1.415,19€ por munícipe.



O quadro XVI, apresenta o resultado de outros rácios que se consideram relevantes no ano em análise.

**Quadro XVI**

<b>Outros Rácios (%)</b>	<b>2017</b>
<b>Impostos / Receitas Correntes</b>	<b>6%</b>
<b>Taxas, Multas e Outras Penalidades / Receitas Correntes</b>	<b>3%</b>
<b>Impostos e Taxas, Multas e Outras Penalidades / Receitas Correntes</b>	<b>9%</b>
<b>Impostos e Taxas / Receita total</b>	<b>8%</b>
<b>Aquisição de bens e serviços / Despesas correntes</b>	<b>57%</b>
<b>Aquisição de bens e serviços / Despesas totais</b>	<b>41%</b>
<b>Investimento / FEF Capital</b>	<b>271%</b>
<b>Transferências Correntes Recebidas / Receitas Correntes</b>	<b>77%</b>
<b>Transferências Correntes Efetuadas / Despesas Correntes</b>	<b>11%</b>
<b>Despesas correntes no ano n / Despesas Correntes no ano n - 1</b>	<b>89%</b>
<b>Empréstimos MLP utilizados no ano n / Investimentos do ano n</b>	<b>0%</b>
<b>Investimento do ano n / Investimento do ano n-1</b>	<b>69%</b>
<b>Dívidas a pagar a curto prazo no ano n / Dívidas a pagar a curto prazo no ano n -1</b>	<b>100%</b>
<b>Transferências e subsídios obtidos no ano n / Transferências e subsídios obtidos no ano n-1</b>	<b>102%</b>
<b>Proveitos totais ano n / Custos totais ano n</b>	<b>126%</b>
<b>Custos totais do ano n / Custos totais ano n-1</b>	<b>96%</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos do ano n / Fornecimentos e serviços externos do ano n-1</b>	<b>98%</b>





### 6 – DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal continuam a merecer análise de destaque, devido a terem um peso considerável nas despesas correntes da autarquia, apesar de registaram face a 2017, uma redução de 64.741,64€, em 2018, o montante despendido com este tipo de despesa representou 31% do total das despesas correntes e 22% das despesas totais.

As despesas desta rubrica totalizaram 1.781.543,13€, sendo que, 15.631,16€, respeitam a despesas com senhas de presença e ajudas de custo aos membros da Assembleia Municipal.

O Quadro seguinte, apresenta a evolução das despesas com o pessoal nos últimos quatro anos:

**Quadro XVII**

Despesas com Pessoal	Ano			
	2015	2016	2017	2018
<b>Remunerações</b>	1.486.842	1.464.342	1.451.005	1.391.441
<b>Encargos Sociais</b>	407.873	396.881	395.280	390.102
<b>Total</b>	<b>1.894.715</b>	<b>1.861.223</b>	<b>1.846.285</b>	<b>1.781.543</b>

No final de 2018 encontravam-se em funções 82 funcionários, sendo que no decorrer do ano se registaram as seguintes situações:

- A aposentação de um funcionário com a categoria de Assistente Operacional.
- O óbito de um funcionário com a categoria de Assistente Operacional.
- A saída por Mobilidade de três funcionárias, duas com a categoria de Técnico Superior e uma com a Categoria de Assistente Administrativo.
- O descongelamento parcial dos vencimentos.

Foi cumprido o dever de informação à Direcção-Geral das Autarquias Locais, para acompanhamento da evolução das despesas com o pessoal, dando-se cumprimento ao disposto no n.º 5 do artigo 78.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, através do Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL).



### 7 – ENDIVIDAMENTO

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro estabelece nos artigos 48º a 54º do Capítulo V, Secção I, o Regime de Crédito e de endividamento municipal. O limite da dívida total encontra-se regulado pelos n.ºs 1, 2, 3 4, 5 e 6 do artigo 52º, da seguinte forma:

*1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.*

*2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.*

*3 — Sempre que um município:*

*a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;*

*b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.*

*4 — Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.*

*5 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos Municípios referida no n.º 1, não é considerado:*

*a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia; e*

*b) O valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual.*

*6 - Para efeitos do disposto no número anterior, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.*



### 7.1 – Verificação do Cumprimento do Limite da Dívida Total no final de 2018

Quadro XVIII

Apuramento do limite				
Descrição		Ano		
		2015	2016	2017
Receita Corrente Líquida cobrada nos três exercícios anteriores		8.768.069,63	8.891.971,47	8.478.462,72
Total de 2015, 2016 e 2017		26.138.503,82		
Média		8.712.834,61		
Limite = 1,5 x Média		13.069.251,92		
Apuramento da dívida total				
Descrição		Valor		
(1)	Total da dívida a terceiros, incluindo dívidas não orçamentais e FAM	2.865.106,34		
(2)	Dívida SM + AM + SEL + entidades participadas	252.087,42 (*)		
(3)	Dívida Total (1) + (2)	3.117.193,76		
(4)	Dívidas não orçamentais (OT)	279.574,31		
(5)	Dívida FAM	53.068,50		
(6)	Dívida total para o apuramento do excesso <u>ou</u> da margem (3) – (4) – (5)	2.784.550,95		

(\*) O montante indicado poderá sofrer alterações, em virtude de na presente data, ainda não se dispor da totalidade da informação das participadas.



### 7.2 – Demonstração da posição do endividamento verificado no final de 2018

**Quadro XIX**

	Apuramento da margem			
Limite	Dívida total para efeitos de apuramento do excesso ou margem	Excesso	Margem Absoluta	Margem utilizável (20%)
13.069.251,92	2.784.550,95	-----	10.284.700,97	2.056.940,19

Da análise do quadro XIX verifica-se que no decorrer de 2018 existiu por parte do executivo, preocupação no cumprimento da Lei em não ultrapassar os limites de endividamento que a mesma prevê, conseguindo chegar ao final do exercício com uma margem absoluta superior a dez milhões e duzentos mil euros, que corresponde a uma margem utilizável superior dois milhões de euros.

A contribuição considerada em (2) do Quadro XVIII, no montante de 252.087,42€ (sujeito a alteração, em virtude de na presente data não se dispor da totalidade da informação relativa às contas de 2018, solicitada às participadas), resulta da Associação Nacional de Municípios Portugueses (1.355,44€), da Associação de Municípios da Cova da Beira (5.915,46€), da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (1.655,82€), da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (2,48€), CESAB Centro de Serviços do ambiente (8.554,81€) e Malcatur – Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, S.A. (234.603,41€).



### 7.3 - Dívida a Terceiros

A evolução da dívida a terceiros a curto, Médio e Longo prazos, encontra-se registada no Quadro XX e apresenta os montantes parciais e totais, por tipo e anos.

**Quadro XX**

Dívida a Terceiros – Curto, Médio e Longo Prazos				
Descrição	2015	2016	2017	2018
Orçamental	2.667.853,83	1.419.111,19	632.785,09	376.329,48
Operações de Tesouraria	291.473,31	286.996,50	275.576,19	279.574,31
FAM – Fundo de Apoio Municipal	424.549,38	353.791,38	283.033,38	53.068,50
<b>Total (1)</b>	<b>3.383.876,52</b>	<b>2.059.899,07</b>	<b>1.191.394,66</b>	<b>708.972,29</b>
Empréstimos	3.093.717,47	2.786.214,59	2.473.401,59	2.156.134,05
<b>Total (2)</b>	<b>3.093.717,47</b>	<b>2.786.214,59</b>	<b>2.473.401,59</b>	<b>2.156.134,05</b>
<b>TOTAL DA DÍVIDA (1) + (2)</b>	<b>6.477.593,99</b>	<b>4.846.113,66</b>	<b>3.664.796,25</b>	<b>2.865.106,34</b>

#### 7.3.1 – Dívidas a terceiros – Curto prazo

A dívida de curto prazo em 31/12/2018 importa em 877.517,48€ e encontra-se repartida da seguinte forma:

221– Fornecedores c/c (Inclui o valor das prestações do acordo com a Águas do Zêzere e Côa, S.A. (atualmente Águas do Vale do Tejo, S.A., a pagar em 2019): ----- 157.810,87

228 – Fornecedores – Faturas em receção e conferência: ----- -76.762,55

24 – Estado e outros entes públicos: ----- 29.969,86

2611 - Fornecedores de Imobilizado: ----- 14.589,62



---

262 + 263 + 267 + 268 – Outros credores: ----- 285.904,03

- 262 – Sindicatos	328,01
- 2681 – FAM (Fundo de Apoio Municipal)	35.379,00
- 2685 – Credores por depósito de garantia - - - - -	200.450,36
- 2686 – Devedores e credores de operações de tesouraria -	48.826,08
- 2688 – Outros diversos - - - - -	920,58

23126 – Empréstimos de M/L Prazos – Prestações de Curto Prazo: ----- 312.480,55

### 7.3.2 - Dívidas a terceiros – Médio e longo prazo

A dívida a terceiros de M/L prazo em 31/12/2018 importa em 1.987.588,86€ e encontra-se desagregada da seguinte forma:

226 – Fornecedores c/c – Factoring e Acordos de Pagamentos – M/L Prazos

Valor das prestações do acordo com a Águas do Zêzere e Côa, S.A., atualmente Águas do Vale do Tejo, S.A., a pagar em 2020) ----- 126.245,86

268126 – FAM (Fundo de Apoio Municipal)

Prestação a pagar em 2020 - - - - - 17.689,50

2312 – Empréstimos de M/L Prazos – Prestações de M/L Prazos: ----- 1.843.653,50



### 7.3.3 - Dívidas a terceiros – Empréstimos

A dívida com empréstimos, em 31/12/2018, encontra-se desagregada da seguinte forma:

**Quadro XXI**

Tipo de Empréstimo	Montante em dívida	A pagar em 2018	A pagar em anos seguintes
M/L Prazos	2.156.134,05	312.480,55	1.843.653,50

O quadro XXII, permite visualizar a evolução da dívida referente a empréstimos desde 2015 a 2018.

**Quadro XXII**

Dívida a Terceiros – Empréstimos				
Tipo de Empréstimo	2015	2016	2017	2018
ML Prazos	3.093.717,47	2.786.214,59	2.473.401,59	2.156.134,05

Em 2018 não foi contraído qualquer empréstimo bancário, tendo sido integralmente cumpridos os planos de amortizações de capital e respetivos encargos, de todos os empréstimos em vigor.

### 7.4 - Dívida de Terceiros

O Quadro seguinte, apresenta a evolução da dívida de terceiros para com o Município de Penamacor, resumindo-se a dívida de curto prazo.

**Quadro XXI**

Dívida de Terceiros – Curto Prazo (€)			
2015	2016	2017	2018
245.221,08	115.025,16	193.550,36	413.168,17

**Nota:** Os valores apresentados no Quadro XXI são líquidos das respetivas provisões para cobranças duvidosas constituídas.



A dívida de Clientes c/c e Contribuintes c/c representa 375.648,00€ e corresponde às faturas referentes às Rendas de Concessão de infraestruturas e consumos de eletricidade, emitidas no final do ano à empresa Águas do Vale do Tejo, faturação de fornecimento de água, tratamento de efluentes e recolha de resíduos sólidos urbanos e outras.

A dívida registada na conta de Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa ascende a 127.830,51€ e respeita a faturação de fornecimento de água, tratamento de efluentes, recolha de resíduos sólidos, trabalhos por conta de particulares e outras, estando provisionado o montante de 126.111,29€.

Em 2018, as provisões para cobranças duvidosas foram reforçadas em 19.827,73€, registando em 31 de dezembro, 126.111,29€.

O saldo do IVA a recuperar no final do ano, representa 33.546,44€

O registo na rubrica Outros Devedores é referente ao 5º Pedido de Pagamento da comparticipação da empreitada da Via Estruturante Sul, no montante de 2.254,51€.





### 8 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

De acordo com as demonstrações financeiras apresentadas, o Resultado Líquido apurado no exercício de 2018, conforme evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, foi de 2.044.439,93€, pelo que nos termos do estipulado no ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a Câmara Municipal propõe a seguinte aplicação de resultados:

- 1.º - Que o resultado líquido do exercício no valor de 2.044.439,93€, seja transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.

E que, posteriormente:

- 2.º - Se constituam Reservas Legais no montante de 102.222,00€ equivalente a 5% do Resultado líquido do exercício.

O Presidente da Câmara Municipal

---

(Dr. António Luís Beites Soares)